

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT10.044

# MOBILIDADE PENDULAR NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL: ESTUDANTES COM E SEM DEFICIÊNCIA

Angela Thaís Araújo de Almeida<sup>1</sup>

Maria José Silva Lobato<sup>2</sup>

Wilson Fusco<sup>3</sup>

## RESUMO

Considerando a distribuição espacial das unidades de ensino básico no Brasil, observa-se que estudantes com deficiência frequentemente necessitam realizar a mobilidade pendular entre o município de residência e o de estudo para acessar serviços educacionais. Essa mobilidade espacial é impulsionada pela escassez de instituições equipadas com infraestruturas acessíveis, oferta de Atendimento Educacional Especializado e salas dedicadas ao AEE nas localidades dos residentes ou em alguns casos por opção dos pais dessas crianças. A insuficiência de ambientes acessíveis acaba inibindo a plena inclusão e participação desses estudantes no sistema educacional. Mediante a esses déficits os pais com maior renda ou com maior disponibilidade de tempo frequentemente optam por matricular seus filhos com deficiência em municípios cuja rede educacional oferece tais facilidades, buscando assim fomentar o desenvolvimento desses alunos e assegurar igualdade de oportunidades. Neste contexto, tem-se como objetivo identificar os diferenciais de mobilidade pendular entre os estudantes com e sem deficiência das escolas da região Norte e Nordeste do Brasil. Utilizou-se os microdados do Censo Demográfico de 2010, e a variável selecionada para medir a mobilidade pendular é a que registra

1 Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação de Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, angelathaisaraujoa@gmail.com;

2 Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação de Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, mariadeorfeu@gmail.com;

3 Professor orientador: Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, wilson.fusco@fundaj.gov.br

município e unidade da federação ou país estrangeiro que frequentava escola (ou creche), ou seja, por meio dessa variável considera-se apenas os estudantes que responderam que estudavam em município diferente do seu local de moradia. As análises foram realizadas através da estatística descritiva. Os resultados apontam que estudantes que responderam possuir dificuldade permanente de enxergar, ouvir, caminhar e deficiência intelectual e aqueles que não possuem nenhum tipo de dificuldade e que pendulam correspondem a 3,30%. Identificou-se que os estudantes com deficiência que responderam ter grande dificuldade de enxergar são maioria nas regiões Norte e Nordeste. Ademais, o número de estudantes com deficiência que realizam mobilidade pendular se sobressai no Nordeste.

**Palavras-Chaves:** Mobilidade pendular, Norte, Nordeste, Estudantes com deficiência;

## INTRODUÇÃO

Este estudo justifica-se pela insuficiência de instituições educacionais com infraestruturas acessíveis e pela oferta limitada de Atendimento Educacional Especializado (AEE), além da escassez de salas específicas para esse atendimento nas áreas de residência dos estudantes com deficiência. Tais limitações comprometem o acesso equitativo e a acessibilidade educacional entre estudantes com e sem deficiência. A ausência de ambientes inclusivos restringe a inserção plena e a participação desses estudantes no sistema educacional. Diante dessas barreiras, Almeida (2021) argumenta que a decisão de migrar ou realizar mobilidade pendular para os estudantes com deficiência frequentemente envolve uma avaliação familiar dos custos e as vantagens envolvidas nesse tipo de deslocamento. Estudos indicam que, diante dessas limitações, famílias com maior poder aquisitivo ou disponibilidade de tempo podem acabar matriculando seus filhos em municípios com melhor infraestrutura educacional, buscando garantir o desenvolvimento integral e oportunidades educacionais mais equitativas (ALMEIDA, 2021; LOBATO et al., 2024).

A busca por melhores oportunidades educacionais por parte das famílias ou pelos próprios estudantes com deficiência pode gerar diferenças nos padrões de mobilidade pendular intermunicipais, intrar-regionais e inter-regionais, uma vez que, diariamente os estudantes precisam se deslocar para acessar a escola, isso pode acabar intensificando os fluxos pendulares. Do ponto de vista demográfico, estudos indicam que a mobilidade pendular estudantil é influenciada, em parte, pela escassez de instituições escolares equipadas com infraestrutura adequada para atender às especificidades dos estudantes, entre outros fatores (DELGADO, 2016; CARVALHO; QUEIROZ, 2023; ALMEIDA; LOBATO, 2024). Diante desse contexto, Nunes (2018) destaca que os movimentos pendulares são essenciais para compreender processos de urbanização e metropolização, além das dinâmicas socioespaciais das cidades. Na visão da autora, os deslocamentos intrametropolitanos assumem um papel central nos estudos sobre mobilidade, dado seu impacto social, econômico e regional. Além desse tipo de deslocamento, outros tipos de movimentos são amplamente estudados na literatura nacional como os deslocamentos intermunicipais, intra-regionais e inter-regionais.

Os deslocamentos intermunicipais segundo Aranha (2005), pode ser caracterizado como movimentos frequentes e diários entre diferentes municípios

de um mesmo estado, esse tipo de movimento é influenciado principalmente por atividades relacionadas a trabalho e/ou estudo. No que diz respeito aos deslocamentos intra-regional e inter-regional, Ântico (2005) considera que esses fluxos são de fundamental importância para compreender a dinâmica dos movimentos pendulares, pois acabam revelando uma tendência de expansão e conseqüentemente o surgimento de novas rotas pendulares. Além disso, a mobilidade pendular pode ser impulsionada por escolhas parentais, com famílias buscando escolas em outros municípios que ofereçam melhores condições e recursos educacionais (LIMA, 2015; SANTOS, 2015). Esse comportamento sugere uma busca por ambientes escolares mais inclusivos e alinhados às necessidades específicas dos estudantes.

Apesar dos progressos significativos na legislação educacional em âmbito nacional (BRASIL, 1988, 2000, 2008, 2009, 2015) e internacional (ONU, 1975; UNESCO, 1994; ONU, 1994) para as pessoas público-alvo da educação especial, ainda persistem desafios relevantes. Apesar dos avanços legais mencionados, o acesso de estudantes com deficiência a ambientes inclusivos ainda tem grandes restrições. Em decorrência da falta desses ambientes acessíveis, muitos estudantes se veem obrigados a se deslocar para outras localidades. A desigualdade ao acesso a ambientes escolares inclusivos afeta mais intensamente os estudantes com deficiência, que dependem de infraestrutura acessível para garantir uma aprendizagem de qualidade (RODRIGUES, 2019; ALMEIDA, 2021). A oferta restrita de AEE, associada à inadequação da infraestrutura e à escassez de salas específicas, contribui para a intensificação desse fenômeno (GUERREIRO, 2012).

Portanto, ainda há um longo caminho para eliminar as barreiras existentes nas instituições escolares e tornar o sistema educacional brasileiro efetivamente acessível e inclusivo para todos os estudantes, com e sem deficiência (SKLIAR, 2008). Essa desigualdade compromete a promoção da equidade e impede a oferta de uma educação de qualidade para todos (TEIXEIRA, 2008).

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo identificar os diferenciais de mobilidade pendular entre estudantes com e sem deficiência das escolas das regiões Norte e Nordeste do Brasil, utilizando os microdados do Censo Demográfico de 2010.

## METODOLOGIA

Utilizamos como base de dados o Censo Demográfico de 2010, que é fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para atingir o objetivo deste estudo. O recorte espacial recaiu sobre as regiões Norte e Nordeste do Brasil, essa escolha se justifica por causa dos baixos níveis educacionais registrados ao longo das décadas nessas localidades. Em seu estudo, Medeiros e Oliveira (2014) argumentam que entre os jovens de 14 a 17 anos residentes nas regiões Norte e Nordeste, havia uma diferença média de 1,3 anos de estudo em relação àqueles que viviam no estado de São Paulo.

Com o intuito de traçar o perfil sociodemográfico dos alunos que realizavam deslocamentos pendulares, independentemente de terem ou não problemas de visão, audição, locomoção/subir escadas, ou deficiência mental/intelectual, escolhemos as variáveis sexo (masculino e feminino), idade (de 6 a 18 anos, faixa etária teoricamente matriculada na educação básica), cor/raça, situação de domicílio e nível de instrução. Assim como, as variáveis que faz menção as deficiências no Censo Demográfico 2010 que são: V0614 que corresponde a dificuldade permanente de enxergar, V0615 dificuldade permanente de ouvir, V0616 dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus e V0617 deficiência mental/intelectual permanente.

Com o propósito de captar os deslocamentos diários intermunicipais, intra-regionais e inter-regionais, aplicamos um filtro na variável V0636, que corresponde o município, a unidade federativa ou o país estrangeiro onde o estudante frequentava escola (ou creche). Durante esta etapa, consideramos apenas alunos que afirmam estudar em um município diferente ao qual residem, portanto acabamos excluindo os que estudavam no mesmo município ou em outro país. Também selecionamos a variável V0628, que indica se o estudante frequentava escola ou creche, mantivemos apenas as respostas que apontavam que esse estudante frequentava a rede pública ou particular de ensino (excluímos os que responderam que “Não, já frequentou” e “Não, nunca frequentou”). Em relação aos níveis educacionais, selecionamos a variável V0629, escolhendo apenas alunos que responderam que estavam matriculados no ensino fundamental e médio.

A faixa etária foi delimitada de 6 a 18 anos, considerando que, dentro desse intervalo, estudantes com ou sem dificuldades relatadas de enxergar, ouvir, caminhar ou subir/degraus ou deficiência mental/intelectual poderiam estar

regularmente matriculados no ensino fundamental e médio. Por fim, aplicamos um filtro na variável V6400 para selecionar níveis de instrução: sem instrução e fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto, médio completo e superior incompleto.

Após a aplicação desses filtros, chegamos a um total de 445.910 estudantes pendulares residentes nas regiões Norte e Nordeste, com e sem dificuldades relatadas. Apesar do foco deste estudo estar nos estudantes pendulares, também realizamos análises para evidenciar o total de estudantes com alguma dificuldade que não precisavam pendular; essas informações são apresentadas nos Mapas 1 e 2 e no decorrer do texto.

A metodologia baseou-se em estatística descritiva, e o software utilizado para a extração dos dados foi o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 25. A elaboração dos mapas foi feita utilizando o Quantum Geographic Information System (QGIS) versão 3.16, enquanto as tabelas foram estruturadas no Microsoft Excel.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados revelaram que, entre os 13.526.429 estudantes residentes nas regiões Norte e Nordeste, apenas 3,30% (aproximadamente 445.910) realizavam mobilidade pendular, enquanto 96,70% (cerca de 13.080.519) não precisaram se deslocar para ter acesso a escola. Entre esses grupos de estudantes, havia um contingente que apresentou algum tipo de deficiência, como dificuldade para enxergar, ouvir, caminhar/subir escadas, ou deficiência mental/intelectual, além daqueles que declararam não possuir nenhuma deficiência. Em termos absolutos, na região Norte, 256.836 estudantes relataram dificuldade para enxergar, 67.371 possuíam dificuldade permanente para ouvir, 31.870 apresentaram dificuldade de locomoção, e 22.364 tinham deficiência mental/intelectual. Na região Nordeste, foram identificados 1.089.012 estudantes com dificuldade para enxergar, 218.388 com dificuldade auditiva, 103.648 com dificuldade de locomoção, e 76.212 com deficiência mental/intelectual. Torna-se oportuno destacar que esses valores correspondem à soma dos estudantes que pendulam e aqueles que não precisavam pendular para ter acesso à educação nas regiões Norte e Nordeste.

Em 2010, na região Norte, os estudantes com deficiência visual concentraram-se nos estados do Pará, Amazonas e Rondônia. Esses três estados

responderam por 80,06% da população total de estudantes com deficiência que pendulam. Observou-se que os estudantes com deficiência auditiva e deficiência mental/intelectual também estavam concentrados nesses estados, com 80,76% e 75,94%, respectivamente. Nos estados do Pará, Amazonas e Acre, a concentração de estudantes com dificuldade de caminhar ou subir escadas alcançou 80,46% da população total dos estudantes que pendulavam.

Na região Nordeste, a concentração de estudantes com deficiência visual está nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, totalizando 59,73%. Para os estudantes com deficiência auditiva, a concentração foi de 55,93%. Entre os estudantes com dificuldade de caminhar ou subir escadas, os três estados somaram 56,33% da população total de estudantes que pendulam. Em geral, os estudantes com deficiência, a concentração foi de 53,77%.

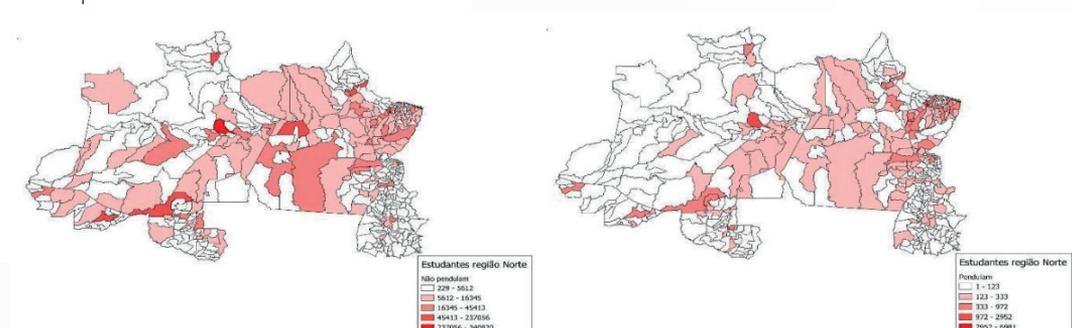
O estudo analisou o número absoluto de estudantes sem deficiência nas regiões Norte e Nordeste. Na região Norte, 3.046.480 estudantes declararam não ter dificuldade de enxergar. Outros 3.235.941 não apresentaram dificuldade auditiva. Além disso, 3.271.442 estudantes não relataram dificuldade para caminhar ou subir escadas, e 3.280.947 não possuíam deficiência mental ou intelectual. Na região Nordeste, 9.134.173 estudantes não relataram dificuldade visual. Outros 10.004.797 estudantes não apresentaram dificuldade auditiva. Além disso, 10.119.534 não tinham dificuldade motora, e 10.146.967 não possuíam deficiência mental ou intelectual.

Em relação à mobilidade pendular, na região Norte, 5.017 estudantes com dificuldade visual realizavam deslocamentos pendulares. Além disso, 1.293 estudantes com dificuldade auditiva, 659 com dificuldade motora e 400 estudantes com deficiência mental ou intelectual também se deslocaram. Na região Nordeste, 42.947 estudantes com dificuldade visual realizavam deslocamentos pendulares. Outros 7.629 estudantes tinham dificuldade auditiva, 3.366 estudantes apresentavam dificuldade motora e 2.052 estudantes possuíam deficiência mental ou intelectual. Também foi analisada a mobilidade pendular de estudantes sem deficiência. Na região Norte, 58.455 estudantes sem dificuldade visual, 62.178 estudantes sem dificuldade auditiva, 62.811 sem dificuldade motora e 63.070 estudantes sem deficiência mental ou intelectual realizavam deslocamentos pendulares. Na região Nordeste, esses números foram 339.495 sem dificuldade de enxergar, 374.812 sem dificuldade de ouvir, 379.075 sem dificuldade motora e 380.386 sem deficiência mental/intelectual.

A análise identificou estudantes com deficiência que não realizavam mobilidade pendular na região Norte. Foram registrados 251.819 estudantes com dificuldade de enxergar, 66.078 com dificuldade de ouvir, 31.211 estudantes com dificuldade motora e 21.964 estudantes com deficiência mental ou intelectual. Na região Nordeste, os dados mostraram 1.046.065 estudantes com dificuldade de enxergar. Além disso, 210.759 apresentaram dificuldade de ouvir, 100.282 dificuldade motora e 74.160 deficiência mental ou intelectual.

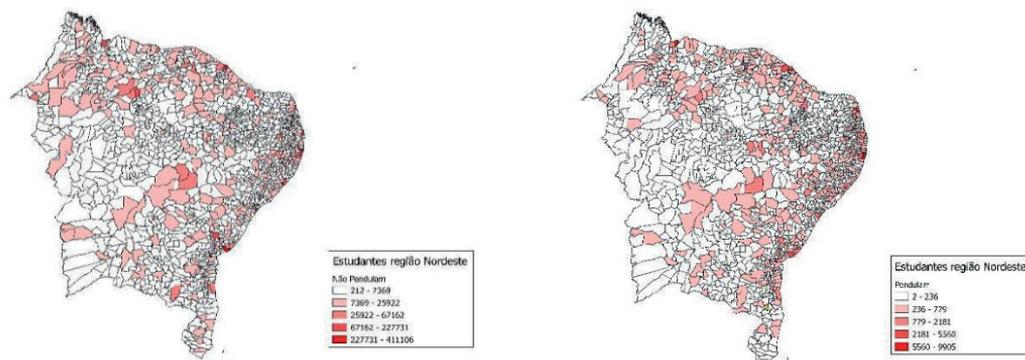
Os dados também indicam o total de estudantes sem deficiência que não realizavam mobilidade pendular na região Norte. Na região Norte, 2.988.025 estudantes não tinham dificuldade de enxergar, 3.173.763 estudantes não apresentaram dificuldade auditiva, 3.208.631 não relataram dificuldade motora e 3.217.877 estudantes não possuíam deficiência mental ou intelectual. Na região Nordeste, 8.794.678 estudantes não tiveram dificuldade de enxergar em 2010. Outros 9.629.985 estudantes não apresentaram dificuldade de ouvir, 9.740.459 estudantes não tinham dificuldade motora e 9.766.581 estudantes não possuíam deficiência mental ou intelectual. Os Mapas 1 e 2 apresentaram a distribuição espacial dos estudantes. Essa distribuição considerará os estudantes que realizam e os que não realizam mobilidade pendular, organizados por região e município.

**Mapa 1-** Distribuição espacial dos estudantes que não pendulam e pendulam na região Norte por município em 2010.



Fonte: Microdados do Censo Demográfico, 2010

**Mapa 2** – Distribuição espacial dos estudantes que realizam e não realizam mobilidade pendular na região Nordeste do Brasil, por município, em 2010.



**Fonte:** Microdados do Censo Demográfico, 2010

No Mapa 1 identificamos 15 municípios na região Norte com mais de 500 estudantes pendulares. Dez desses municípios estão no Pará, sendo eles, São Miguel do Guamá, Breves, Baião, Irituia, Benevides, Cametá, Moju, Marituba, Belém e Ananindeua. Em Rondônia foi identificado Candeias do Jamari. No Amazonas, Manaus. Em Roraima, Boa Vista. No Amapá, Santana e Macapá. Dentre esses municípios, Ananindeua apresentou o maior fluxo pendular de estudantes em 2010 da região, chegando a um total de 6.981 estudantes. Na análise do Mapa 2 identificamos 14 municípios da região Nordeste com mais de 2.000 estudantes pendulares. No Maranhão, esses estudantes podem ser encontrados nos municípios de Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Timon. No Ceará, Caucaia, Fortaleza e Maracanaú. No Rio Grande do Norte, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante. Em Pernambuco, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Recife.

Em Sergipe, em Nossa Senhora do Socorro. Na Bahia, em Salvador. O maior número de estudantes pendulares foi registrado em Jaboatão dos Guararapes, com um total de 9.905 estudantes. A Tabela 1 apresenta o percentual de estudantes com dificuldade de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, e com deficiência intelectual, que realizam mobilidade pendular, desagregados por sexo, nas regiões Norte e Nordeste. A Tabela 2 mostra o percentual de estudantes que realizam mobilidade pendular e não possuem nenhuma dessas dificuldades. Os dados indicaram que, na região Norte, não houve diferenças significativas entre estudantes com dificuldades de enxergar, ouvir ou caminhar/subir degraus que realizam mobilidade pendular. Entretanto, 70,75% dos estudantes com deficiência mental ou intelectual são homens, enquanto 29,25% são

mulheres. Na região Nordeste, a distribuição das dificuldades foi mais equilibrada entre os sexos. Entre os estudantes com deficiência mental ou intelectual, 55,99% são do sexo masculino e 44,01% do feminino.

A análise por unidade federativa mostrou variações significativas nas dificuldades funcionais entre os sexos. Na região Norte, a maior disparidade foi entre estudantes com dificuldades mentais ou intelectuais. Entre os sete estados, apenas no Tocantins houve predominância feminina, com 61,29% de mulheres e 38,71% de homens. Nos demais estados, prevaleceu o sexo masculino. No Amazonas e em Roraima, não houve respostas femininas nessa categoria. Em ambos os estados, 100% dos estudantes pendulares foram homens.

Na região Nordeste para os estudantes com deficiência mental/intelectual, a análise identificou predominância feminina nos estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. Nos estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia, houve maior participação masculina. Sergipe apresentou 72,73% de homens e 27,27% de mulheres. No Rio Grande do Norte, 67,57% dos estudantes eram homens e 32,43% mulheres. Em Alagoas, 66,67% eram do sexo masculino e 33,33% do sexo feminino.

A análise das dificuldades para caminhar e subir escadas mostrou baixa disparidade entre os sexos. No Pará, 51,56% dos estudantes são homens e 48,44% mulheres. Em Pernambuco, 50,28% são do sexo masculino e 49,72% do feminino. No Piauí, 50,52% são homens e 49,48% mulheres. A predominância masculina prevalece na maioria dos estados das regiões Norte e Nordeste. No entanto, o Tocantins é o único estado do Norte com superioridade feminina. Na região Nordeste, essa predominância feminina foi identificada na Bahia, Alagoas, Ceará, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte. A análise das dificuldades das pessoas com deficiência auditiva mostrou alta participação masculina no Amapá, com 70% de homens e 30% de mulheres. Na região Nordeste, a maioria dos estados apresentou equilíbrio entre os sexos. A exceção foi Alagoas, onde 65,13% dos estudantes são mulheres e 34,87% são homens.

Observou-se que os estudantes com dificuldade de enxergar mostraram alta participação feminina. Essa é a categoria com maior presença de mulheres entre as quatro dificuldades registradas no Censo Demográfico do ano 2010. Na região Nordeste, todos os estados apresentaram mais de 57% de participação feminina. Na região Norte, a predominância feminina ocorreu apenas em Roraima, Pará, Tocantins e Amazonas.

**Tabela 1** – Distribuição percentual dos estudantes com dificuldade de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, e com deficiência intelectual que realizam mobilidade pendular, desagregada por sexo, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, em 2010.

PENDULAM COM DEFICIÊNCIA								
Localidade	Enxergar		Ouvir		Caminhar ou subir/degraus		Mental/ Intelectual	
	M	F	M	F	M	F	M	F
<b>Norte</b>	<b>45,21</b>	<b>54,79</b>	<b>46,21</b>	<b>53,79</b>	<b>53,94</b>	<b>46,06</b>	<b>70,75</b>	<b>29,25</b>
Rondônia	53,47	46,53	57,89	42,11	68,42	31,58	52,63	47,37
Acre	53,33	46,67	39,58	60,42	68,75	31,25	82,14	17,86
Amazonas	48,09	51,91	47,19	52,81	72,73	27,27	100	0,00
Roraima	37,39	62,61	56,52	43,48	65,22	34,78	100	0,00
Pará	42,23	57,77	43,8	56,2	51,56	48,44	71,3	28,7
Amapá	55,99	44,01	70,00	30,00	73,68	26,32	75,00	25,00
Tocantins	47,43	52,57	51,28	48,72	28,57	71,43	38,71	61,29
<b>Nordeste</b>	<b>40,17</b>	<b>59,83</b>	<b>50,41</b>	<b>49,59</b>	<b>44,57</b>	<b>55,43</b>	<b>55,99</b>	<b>44,01</b>
Maranhão	36,23	63,77	54,33	45,67	53,76	46,24	55,31	44,69
Piauí	38,64	61,36	53,91	46,09	50,52	49,48	53,85	46,15
Ceará	40,95	59,05	52,38	47,62	40,66	59,34	47,26	52,74
Rio G. do Norte	40,69	59,31	43,08	56,92	43,67	56,33	67,57	32,43
Paraíba	42,22	57,78	42,73	57,27	41,42	58,58	49,62	50,38
Pernambuco	42,58	57,42	53,19	46,81	50,28	49,72	48,25	51,75
Alagoas	39,66	60,34	34,87	65,13	38,7	61,3	66,67	33,33
Sergipe	42,68	57,32	51,73	48,27	43,00	57,00	72,73	27,27
Bahia	37,73	62,27	54,75	45,25	36,41	63,59	60,22	39,78

\*M= Sexo Masculino e F=Sexo feminino

**Fonte:** Microdados do Censo Demográfico, 2010

A Tabela 2 apresenta os estudantes que realizam mobilidade pendular sem dificuldades funcionais para enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, e sem deficiência mental ou intelectual, nas regiões Norte e Nordeste. Observa-se um equilíbrio significativo entre homens e mulheres nas localidades estudadas. No entanto, identificam-se pequenas oscilações entre os estados e entre algumas categorias analisadas

Na região Norte, Rondônia e Tocantins apresentaram leve predominância masculina nas categorias de dificuldade não relatadas. Rondônia mostrou a maior discrepância entre os dois estados. Entre os estudantes que não relataram

dificuldades para enxergar, 55,29% são homens. Para ouvir, 55,19% são do sexo masculino. Na categoria de caminhar ou subir degraus, 55,16% são homens. Entre aqueles sem deficiência mental ou intelectual, 55,23% são do sexo masculino. Os resultados indicaram que a maior proporção de estudantes pendulares sem essas dificuldades é composta por homens. Por outro lado, estados como Acre, Amazonas, Pará e Amapá, mostram uma predominância feminina, entre todas as categorias de dificuldade não relatadas. No entanto, os estados do Acre e Amapá se destacam por apresentar uma proporção feminina superior a 52% em todas as categorias analisadas. Como é possível observar nesse quesito no estado do Acre os estudantes que relataram não ter dificuldade de enxergar representam 54,21% e as que não possuem deficiência mental ou intelectual chegou a 53,95% no ano de 2010.

A região Nordeste revela equilíbrio entre homens e mulheres. Nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, a distribuição é quase igual entre os sexos. No Ceará e no Rio Grande do Norte, observa-se uma leve predominância feminina. Em Pernambuco, a predominância é masculina. A análise das demais categorias revelou diferenças mínimas entre os sexos em Pernambuco. Entre os estudantes pendulares sem dificuldades auditivas, 50,32% eram mulheres e 49,68% eram homens. Para aqueles sem dificuldades de caminhar ou subir degraus, 50,26% eram do sexo feminino e 49,74% do masculino. Entre os estudantes sem deficiência intelectual, 50,24% eram mulheres e 49,76% eram homens. Nos nove estados do Nordeste do Brasil, a predominância entre estudantes sem deficiência mental ou intelectual foi feminina. O Maranhão e Pernambuco destacaram-se com percentuais femininos superiores a 54%.

**Tabela 2** – Distribuição percentual dos estudantes sem dificuldades de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, e sem deficiência intelectual que realizam mobilidade pendular, desagregada por sexo, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, em 2010.

PENDULAM SEM DIFICULDADE								
Localidade	Enxergar		Ouvir		Caminhar ou subir/degraus		Mental/Intelectual	
	M	F	M	F	M	F	M	F
<b>Norte</b>	<b>49,65</b>	<b>50,35</b>	<b>49,37</b>	<b>50,63</b>	<b>49,26</b>	<b>50,74</b>	<b>49,17</b>	<b>50,83</b>
Rondônia	55,29	44,71	55,19	44,81	55,16	44,84	55,23	44,77
Acre	45,79	54,21	46,64	53,36	46,17	53,83	46,05	53,95
Amazonas	48,31	51,69	48,31	51,69	48,13	51,87	47,94	52,06
Roraima	50,62	49,38	49,26	50,74	49,14	50,86	49,11	50,89

PENDULAM SEM DIFICULDADE								
Localidade	Enxergar		Ouvir		Caminhar ou subir/degraus		Mental/ Intelectual	
	M	F	M	F	M	F	M	F
Pará	49,28	50,72	48,84	51,16	48,68	51,32	48,59	51,41
Amapá	46,19	53,81	46,89	53,11	47,15	52,85	47,18	52,82
Tocantins	50,55	49,45	50,33	49,67	50,46	49,54	50,39	49,61
<b>Nordeste</b>	<b>48,86</b>	<b>51,14</b>	<b>47,84</b>	<b>52,16</b>	<b>47,92</b>	<b>52,08</b>	<b>47,84</b>	<b>52,16</b>
Maranhão	47,00	53,00	45,74	54,26	45,86	54,14	45,88	54,12
Piauí	48,74	51,26	47,6	52,4	47,69	52,31	47,7	52,3
Ceará	49,72	50,28	48,58	51,42	48,73	51,27	48,67	51,33
Rio G. do Norte	49,5	50,5	48,54	51,46	48,48	51,52	48,34	51,66
Paraíba	47,02	52,98	46,54	53,46	46,52	53,48	46,45	53,55
Pernambuco	50,79	49,21	49,68	50,32	49,74	50,26	49,76	50,24
Alagoas	46,27	53,73	45,81	54,19	45,65	54,35	45,44	54,56
Sergipe	49,35	50,65	48,54	51,46	48,65	51,35	48,50	51,50
Bahia	49,00	51,00	47,73	52,27	47,94	52,06	47,78	52,22

M= Sexo Masculino e F=Sexo feminino

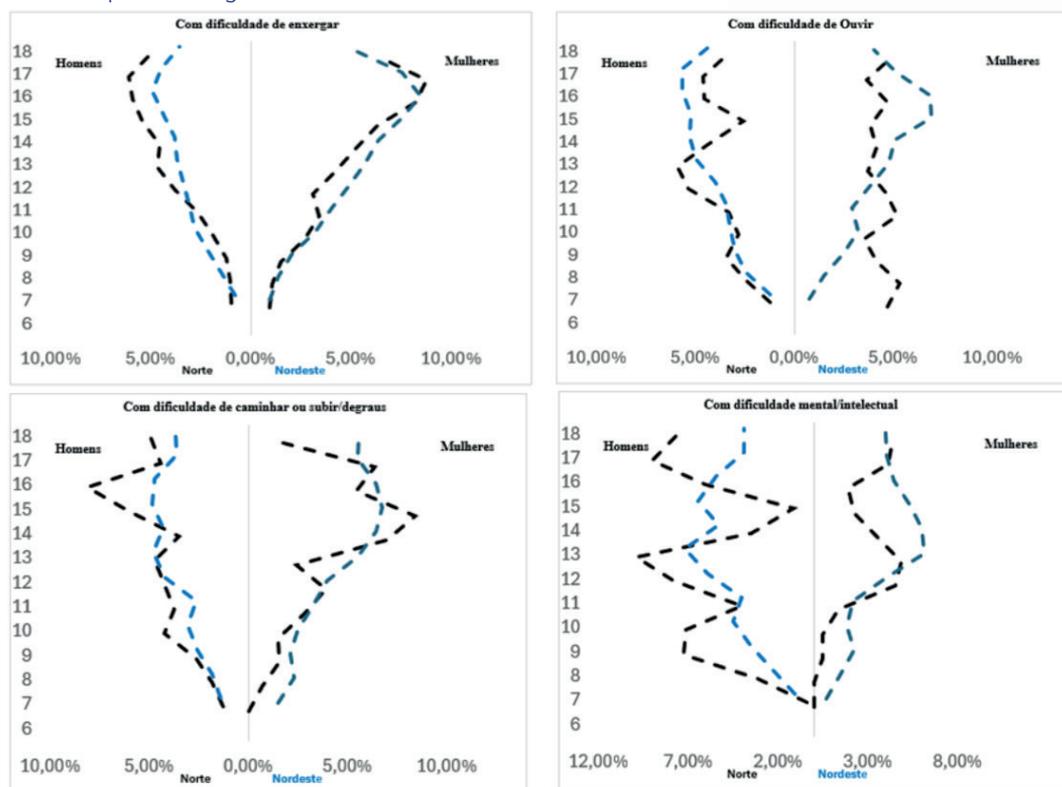
**Fonte:** Microdados do Censo Demográfico, 2010

O Gráfico 1 apresenta as pirâmides etárias por idade simples para estudantes com dificuldades funcionais. Foram consideradas dificuldades de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, e deficiência mental ou intelectual. A estrutura das pirâmides mostrou uma base estreita, indicando uma composição etária envelhecida. A pirâmide dos estudantes com deficiência mental ou intelectual exibiu uma distribuição mais irregular. Essa irregularidade reflete variações significativas nas idades e entre os sexos.

Identificou-se uma oscilação significativa entre as regiões Norte e Nordeste, especialmente entre estudantes do sexo masculino. Na região Norte, apresentou flutuações expressivas em diferentes idades. O destaque foi para 9 anos com 36 estudantes, 12 anos com 51 estudantes e 16 anos com 39 estudantes. Esses grupos somaram 31,57% da população total de estudantes com deficiência mental ou intelectual. Entre as estudantes do sexo feminino, os principais picos ocorreram nas idades de 12 e 17 anos. Na região Norte, a pirâmide etária indicou que o ápice para o sexo feminino esteve em 12 anos com 25 estudantes, 17 anos com 22 estudantes e 13 e 14 anos com 14 estudantes cada. Essas faixas etárias corresponderam a 18,79% da população total com essa dificuldade. Em

termos absolutos, 399 estudantes na região Norte com deficiência mental ou intelectual realizaram mobilidade pendular em 2010. Desse total, 70,42% eram do sexo masculino e 29,57% do feminino.

**Gráficos 1** – Pirâmides etárias dos estudantes com dificuldade de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus e com deficiência mental ou intelectual que realizam mobilidade pendular, desagregados por idade simples, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, em 2010.



Fonte: Microdados do Censo Demográfico, 2010

Na região Nordeste, observou-se uma predominância masculina em quase todas as idades de 6 a 18 anos. As únicas exceções foram encontradas nas idades de 7 anos, com 19 estudantes; 11 anos, com 66 estudantes; 13 anos, com 152 estudantes; e 17 anos, com 109 estudantes. Nesses casos, houve predominância do sexo feminino. Em termos absolutos, na região Nordeste, havia cerca de 2.055 estudantes com dificuldade mental ou intelectual que pendulavam. Destes, 56,05% eram do sexo masculino e 43,95% do sexo feminino.

A pirâmide etária dos estudantes com dificuldade de enxergar apresentou a maior regularidade entre todas. Identificou-se um padrão homogêneo nas regiões Norte e Nordeste para o sexo feminino, entre 6 e 10 anos. Estudantes

com dificuldade visual mostraram estruturas semelhantes nas duas regiões. Foram observadas pequenas oscilações entre 11 e 18 anos para ambos os sexos. Não foram identificados picos acentuados em nenhuma faixa etária ou sexo. Em ambas as regiões, as mulheres relataram essa dificuldade com mais frequência. Na região Norte, o total de estudantes com essa limitação é 5.016. Desses, 54,78% são do sexo feminino e 45,22% do sexo masculino. No Nordeste, 42.944 estudantes apresentaram dificuldade de enxergar. Desse total, 50,83% são do sexo feminino e 49,17% do sexo masculino.

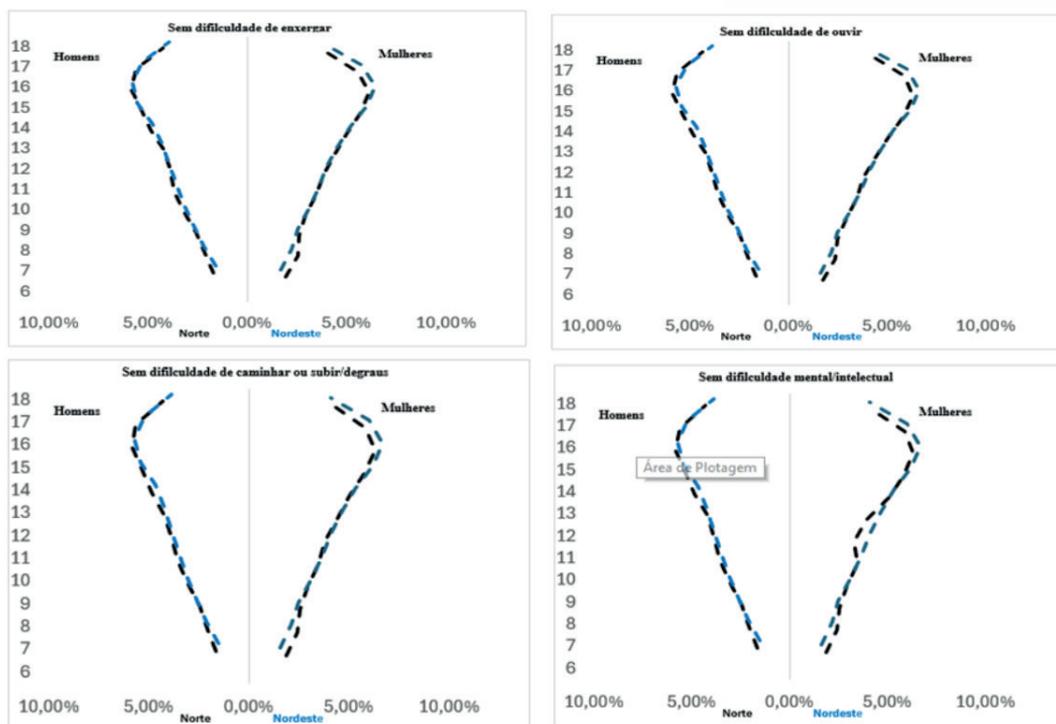
O Gráfico 2 irá demonstrar as pirâmides etárias dos estudantes que responderam não possuir nenhum tipo de dificuldade de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus para as regiões Norte e Nordeste. Nas regiões Norte e Nordeste, não foi identificada variação significativa entre as pirâmides etárias para estudantes sem impedimentos relacionados à visão, audição, locomoção ou deficiência mental ou intelectual. A única discrepância observada ocorreu na região Nordeste, onde a estrutura etária dos estudantes sem deficiência mental ou intelectual apresentou uma leve oscilação na faixa de 13 a 14 anos, com um percentual ligeiramente superior nessa faixa etária.

Nas regiões Norte e Nordeste, a análise da distribuição percentual dos estudantes por cor/raça revelou que, em ambas as regiões, a maioria dos estudantes, com ou sem dificuldades, identificou-se como parda. Esse padrão pode ter sido atribuído à maior concentração dessa população nas referidas localidades. Além disso, nas regiões Norte e Nordeste, a cor/raça branca apresentou a segunda maior proporção em todas as categorias analisadas. As menores proporções foram observadas entre estudantes que se identificaram como amarelos ou indígenas, independentemente da categoria de dificuldade. Diferenças regionais foram evidenciadas na região Nordeste, onde a proporção de estudantes brancos com dificuldade de enxergar foi superior, atingindo 35,19%, em comparação aos 25,48% registrados na região Norte. Esse padrão se manteve para as demais dificuldades analisadas. Adicionalmente, a representatividade de estudantes negros com deficiência mental ou intelectual foi maior na região Nordeste, alcançando 11,74%, em relação à região Norte, que apresentou 4,24%.

Nas regiões Norte e Nordeste, a situação de domicílio dos estudantes com e sem dificuldades físicas ou intelectuais foi analisada. Na região Norte, 57,55% dos estudantes com dificuldade de enxergar e 57,43% daqueles com dificuldade de ouvir residiam em áreas urbanas. Em contraste, 54,77% dos estudantes com dificuldade de caminhar ou subir degraus e 64,50% dos que apresentavam

deficiência mental ou intelectual viviam na zona rural. Na região Norte, entre os estudantes sem nenhuma dificuldade, a maioria também foi identificada como residente da zona rural em todas as categorias analisadas.

**Gráfico 2-** Pirâmides etárias dos estudantes sem dificuldade de enxergar, ouvir, caminhar ou subir/degraus e deficiência mental/intelectual que pendulam, por idade simples, nas regiões Norte e Nordeste em 2010.



**Fonte:** Microdados do Censo Demográfico, 2010

Na região Nordeste, ao analisar os estudantes que declararam possuir algum tipo de dificuldade, notou-se uma predominância de residentes em áreas rurais. A única exceção foi observada entre os estudantes com dificuldade de enxergar, dos quais 55,1% residiam na zona urbana. A diferença mais notável ocorreu entre os estudantes com dificuldade de caminhar e subir degraus, onde 61,25% viviam em áreas rurais e 38,75% na zona urbana. Em contrapartida, para os estudantes que não possuíam dificuldades, observou-se uma distribuição relativamente equilibrada entre as áreas urbanas e rurais. Em média, mais de 50% dos estudantes que relataram não ter nenhuma dificuldade residiam em áreas rurais.

A região Norte e Nordeste apresentaram diferenças no nível de instrução dos estudantes que pendulam e residem nessas áreas. Os estudantes com algum tipo de dificuldade concentraram-se nos níveis de instrução mais baixos e a maioria não possuía instrução ou tinha apenas o ensino fundamental incompleto. Na região Norte, os estudantes com dificuldade auditiva e mental ou intelectual tiveram os percentuais mais altos, com 86,39% e 93,25%, respectivamente. Em contraste, os estudantes sem dificuldades alcançaram níveis educacionais mais elevados em ambas as regiões.

Na região Norte, a mobilidade pendular dos estudantes com dificuldade de enxergar apresentou elevados percentuais de deslocamento intermunicipal, especialmente nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e Tocantins, todos acima de 80%. Em contrapartida, os estados de Roraima e Amapá registraram os menores índices, com 52,17% e 66,33%, respectivamente, em 2010. Esses estados também se destacaram pelos maiores percentuais de mobilidade intra-regional, com 27,83% em Roraima e 30,64% no Amapá.

Estudantes de Roraima e Amapá buscaram oportunidades educacionais nos estados do Amazonas e Pará, respectivamente. Em 2010, o Amazonas recebeu 32 estudantes provenientes de Roraima, enquanto o Pará acolheu 82 estudantes vindos do Amapá. A mobilidade inter-regional também foi observada nas áreas limítrofes entre as regiões Norte e Nordeste. No Tocantins, 16,28% dos estudantes com dificuldade de enxergar deslocam-se diariamente para o Maranhão, correspondendo a um total de 21 estudantes. O Maranhão também recebeu 65 estudantes oriundos do Pará.

Na região Nordeste, a mobilidade intermunicipal foi predominante, com estados como Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe apresentando percentuais superiores a 90%. Os dados indicaram que, apesar das limitações visuais, os estudantes se deslocavam entre municípios dentro dos seus estados para estudar. Embora a mobilidade intra-regional tenha sido menos expressiva, destacaram-se os estados da Paraíba e do Maranhão, com percentuais de 14,80% e 10,30%, respectivamente. Na Paraíba, 583 estudantes participaram da mobilidade pendular em 2010, sendo 483 para Pernambuco, 91 para o Rio Grande do Norte e 9 para o Ceará. No Maranhão, 417 estudantes buscaram oportunidades educacionais no Piauí. A mobilidade inter-regional na região Nordeste foi baixa, variando de 0% em Sergipe a 7,24% no Maranhão. Na região Nordeste, os dados demonstraram que o deslocamento para outras regiões do país foi pouco frequente entre os estudantes com dificuldade de enxergar.

Na região Norte, a mobilidade pendular dos estudantes com dificuldade de ouvir revelou uma predominância da mobilidade intermunicipal. Em Rondônia, Amazonas e Roraima registraram 100% dos fluxos nessa categoria, indicando que todos os estudantes com essa dificuldade se deslocaram dentro do próprio estado. Entretanto, o Acre e o Amapá apresentaram percentuais expressivos de mobilidade intra-regional, com 25% e 14%, respectivamente. Em média, 12 estudantes com essa dificuldade, residentes no Acre, deslocaram-se para estudar no Amazonas, enquanto 7 estudantes do Amapá se dirigiram diariamente para o Pará. No Tocantins, 21,55% dos estudantes realizaram mobilidade inter-regional, com 10 buscando estudos no Maranhão e 15 em Goiás.

Na região Nordeste, a mobilidade intermunicipal também foi predominante. Em Sergipe, Ceará e Bahia foram apresentados índices de 98,77%, 96,59% e 94,40%, respectivamente. A mobilidade intra-regional foi significativa em Alagoas, Paraíba e Piauí, com percentuais de 10,39%, 7,99% e 7,92%, respectivamente. Na Bahia, essa modalidade intra-regional foi menos expressiva, atingindo apenas 0,86%. A mobilidade inter-regional teve destaque no Maranhão e na Bahia, com 8,76% e 21,55%, enquanto o Ceará e o Piauí apresentaram índices menores, de 0,36% e 0,88%.

Na região Norte, a mobilidade intermunicipal também prevaleceu entre estudantes com dificuldade de caminhar ou subir degraus. Rondônia, Amazonas e Roraima apresentaram 100% de mobilidade intermunicipal, sugerindo que esses estudantes evitaram deslocamentos mais longos. No Tocantins, 47,62% dos estudantes optaram pela mobilidade inter-regional. No Nordeste, a mobilidade intermunicipal manteve-se predominante. Estados como Rio Grande do Norte e Sergipe apresentaram 100% de deslocamentos dentro do próprio estado. Pernambuco e Paraíba destacam-se pela mobilidade intra-regional, com índices de 14,45% e 13%. Todos os 30 estudantes da Paraíba estudavam em Pernambuco, enquanto 79 estudantes de Pernambuco deslocaram-se para a Paraíba.

Na região Norte, estudantes com deficiência mental ou intelectual concentraram sua mobilidade na esfera intermunicipal, com 100% dos fluxos no Amazonas, Roraima e Amapá. No Nordeste, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe registraram os mesmos índices. A mobilidade intra-regional foi relevante no Acre e Tocantins, com 17,86% e 12,90%, respectivamente. Rondônia destacou-se na mobilidade inter-regional, com 15,69% dos estudantes movendo-se para outros estados. No Nordeste, a mobilidade inter e intra-regional foi baixa,

com exceção da Paraíba e de Pernambuco, que registraram 8,59% e 6,47% na mobilidade intra-regional. O Maranhão apresentou destaque na mobilidade inter-regional, com 8,25%.

Nas regiões Norte e Nordeste, estudantes sem dificuldades também apresentaram predominância de mobilidade intermunicipal, deslocando-se para municípios vizinhos dentro do próprio estado. No entanto, a mobilidade intra e inter-regional foi mais frequente entre esses estudantes, indicando que a ausência de limitações pode ter facilitado esses tipos de deslocamentos. No Norte, os estados do Pará, Rondônia e Acre apresentaram índices elevados de mobilidade intermunicipal, com 88,48%, 85,18% e 87,82%, respectivamente. No Nordeste, o estado de Sergipe destacou-se com 96,01%, enquanto o Rio Grande do Norte com 95,58%. Apesar da predominância dos deslocamentos intermunicipais, estados como Pará e Amazonas apresentaram mobilidade intra-regional significativa, com 25,84% e 13,83%, respectivamente.

Nas regiões Norte e Nordeste, verificou-se que a pendularidade dos estudantes sem dificuldades auditivas, tem predominância da mobilidade intermunicipal em todos os estados, com percentuais superiores a 80%. As exceções a essa tendência foram os estados de Roraima e Amapá, que apresentaram percentuais de 76% e 68,04%, respectivamente. Adicionalmente no Nordeste, destacaram-se os estados de Sergipe, Ceará e Rio Grande do Norte com os maiores índices de mobilidade intermunicipal, próximos de 100%.

Nas regiões Norte e Nordeste, os percentuais de mobilidade intra-regional e inter-regional foram significativamente mais baixos, demonstrando uma menor tendência de deslocamentos diários entre os estados dessas regiões e entre diferentes regiões. No Norte, o estado do Amapá se destacou com 26,68% de mobilidade intra-regional, enquanto no Nordeste, a Paraíba registrou 14,11%. Em relação à mobilidade inter-regional, os percentuais mais elevados no Norte foram observados em estados como Tocantins, com 15,28%, e Rondônia, com 12,33%. No entanto, analisou-se que a região Nordeste, possui uma mobilidade inter-regional muito menos expressiva, com todos os estados da região apresentando percentuais inferiores a 7%. Esses resultados indicaram que os estudantes da região Nordeste sem dificuldades de ouvir apresentaram uma menor tendência de movimentação entre diferentes regiões do país.

Nas regiões Norte e Nordeste, identificou-se um padrão semelhante dos estudantes que pendulam e relataram não possuíam dificuldade de caminhar, subir degraus ou deficiência mental e intelectual, aos estudantes que indica-

ram não ter dificuldades de enxergar e ouvir. No Nordeste, o estado de Sergipe destaca-se com os maiores percentuais de deslocamentos intermunicipais, com 96,12% para estudantes sem dificuldades motoras e 91,12% para aqueles sem deficiência mental ou intelectual. No Norte, os estados do Pará, Acre e Rondônia apresentam os maiores índices de mobilidade intermunicipal para essas duas categorias de estudantes. A mobilidade inter-regional é menos frequente em ambos os grupos e regiões.

No Norte, o estado do Tocantins apresenta a maior porcentagem desse tipo de deslocamento nos dois grupos, atingindo 15,19% para aqueles sem dificuldades motoras e 15,44% para estudantes sem deficiência mental ou intelectual. Em relação à mobilidade intra-regional, o estado do Amapá registra o maior percentual, com os estudantes se deslocando principalmente para o estado do Pará. No Nordeste, a Paraíba apresenta a maior proporção de mobilidade intra-regional, com estudantes se deslocando para os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que a mobilidade pendular dos estudantes com deficiência nas regiões Norte e Nordeste reflete a escassez de escolas nas localidades onde esses estudantes residem. Essa situação intensifica desigualdades, forçando deslocamentos entre municípios para acesso à educação. Normalmente famílias com maior poder aquisitivo têm mais facilidade em buscar melhores condições educacionais para seus filhos.

Embora a mobilidade intermunicipal seja mais expressiva entre os municípios da região Norte e Nordeste, ainda é perceptível fluxos intrar-regionais e inter-regionais nessas localidades, ou seja, os estudantes dessas localidades ainda estão apresentando necessidade de deslocamento devido à falta de disponibilidade de serviços educacionais. Portanto, consideramos que a expansão da infraestrutura acessível e do AEE ainda é necessária em todo o país para garantir inclusão plena a esses estudantes. Portanto, conclui-se que a redução das desigualdades regionais por meio do fortalecimento das políticas de educação inclusiva é essencial para minimizar deslocamentos e promover o acesso equitativo à educação para os estudantes com e sem deficiência.

A partir desse estudo conseguimos identificar alguns municípios que apresentam altos fluxos de pendularidade como Ananindeua no Pará e Jaboatão dos

Guararapes em Pernambuco, como agenda de pesquisa pretendemos analisar detalhadamente o comportamento dos fluxos pendulares por motivo de estudo nessas localidades, bem como verificar a infraestrutura da rede educacional disponível para os estudantes com e sem deficiência nas últimas décadas nessas localidades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angela Thaís Araújo de. Mobilidade espacial e acesso à educação básica: estudantes com deficiência na região Nordeste. Dissertação de (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/45260>. Acesso em: 01 de outubro de 2024.

ALMEIDA, Angela Thaís Araújo de; LOBATO, Maria José Silva. Ambientes acessíveis para estudantes com deficiência em escolas da região Nordeste. In: Educare, v. 03, Políticas públicas em educação, iniciativas e modalidades de ensino. São José do Rio Preto: Reconnecta Soluções Educacionais, 2024. ISBN 978-65-85105-24-8.

ÂNTICO, Cláudia. Deslocamentos pendulares na região metropolitana de São Paulo. São Paulo em Perspectiva, v.19, p.110-120, 2005. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v19n04/v19n04\\_07.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v19n04/v19n04_07.pdf). Acesso em: 16 de outubro de 2024.

ARANHA, Valmir. Mobilidade intermunicipal na Metrópole Paulista. São Paulo em Perspectiva, v. 19, p. 96-109, 2005. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v19n04/v19n04\\_06.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v19n04/v19n04_06.pdf). Acesso em: 16 de outubro de 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2000.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Revista Inclusão, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na

Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação, 2009

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. 2015.

CARVALHO, Ricardo Monteiro de; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Pendularidade por motivo de trabalho e estudo na região metropolitana de Feira de Santana. Planejamento E Políticas Públicas, n.66.abril-jun.2023. Disponível em:< <https://doi.org/10.38116/ppp66art5>>.

DELGADO, P. R. et al. Mobilidades nas regiões metropolitanas brasileiras: processos migratórios e deslocamentos pendulares. In: BALBIM, R.; KRAUSE, C.; LINKE, C. C. (Org.). Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea; ITDP, 2016. p. 223-245.

GUERREIRO, E.M.B.R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. Revista Educação Especial, vol.25, n.43, p. 217-232.2012

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010. RJ. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 02 de fevereiro de 2024

LIMA, William de Mendonça. Novas mobilidades, espaço de vida e desempenho escolar: o caso dos estudantes de ensino médio no município de Natal-RN. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <[https://www.repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22866/1/NovasMobilidadesEspa%C3%A7o\\_Lima\\_2015.pdf](https://www.repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22866/1/NovasMobilidadesEspa%C3%A7o_Lima_2015.pdf)>

LOBATO, Maria José Silva; AGUIRRE, Moisés Calle; MAGALHÃES, Ismenia Blavatsky De; SILVA, Wendella Sara Costa Da. Dinâmicas sociodemográficas e desafios educacionais: um estudo sobre famílias de pessoas com deficiência no Rio Grande do Norte. In: Educare, v. 03, Políticas públicas em educação, iniciativas e modalidades de ensino. São José do Rio Preto: Reconecta Soluções Educacionais, 2024. ISBN 978-65-85105-24-8.

MEDEIROS, Marcelo; OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de Oliveira. Desigualdades regionais em educação: potencial de convergência. Revista Sociedade e Estado – v.29,nº2 Maio/Agosto 2014. Disponível em: SciELO - Brasil - Desigualdades

regionais em educação: potencial de convergência Desigualdades regionais  
<https://www.scielo.br/j/se/a/VnhyMJXVc6Tb5fbQ7n83Rwt/?lang=pt#> em educação: potencial de convergência. Acesso em 16 de outubro de 2024.

NUNES, Larissa Camilo. A mobilidade pendular na Região Metropolitana de Goiânia em 2010. *Ateliê Geográfico-Goiânia-GO*, v.12, n.1, p.155-174, 2018. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/54266/25948>. Acesso em: 16 de outubro de 2024

ONU. Declaração dos Direitos das pessoas deficientes. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. 1975. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf)>.

ONU. Declaração de Salamanca. Salamanca: junho de 1994. [chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf).

RODRIGUES, E.G. Acessibilidade arquitetônica nas escolas estaduais de Governador Valadares: Caminhos e desafios para a equidade-2019. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/11412/1/elianegomesrodrigues.pdf>>. Acesso em: 16 de outubro de 2024

SANTOS, M.C.D. O direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva e o uso pedagógico dos recursos de Tecnologia assistiva na promoção da acessibilidade na escola. *Revista InFor*, n.1, 2015.

SKLIAR, Carlos. *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. apud STROBEL, Karin Lilian. *Surdos: vestígios culturais não registrados na história*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TEIXEIRA, V.P.P. Acessibilidade como fator de equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência na escola: análise de garantias legais em países da América Latina. Dissertação (mestrado)- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16062008111711/publico/DissertacaoValquiriaPrates.pdf>>

UNESCO. *The Salamanca statement: on principles, policy and practice in special need education*. Paris, 1994.